

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.696, DE 2007

Dispõe sobre a criação e implementação de Centros de Produção de Cultura nas Escolas Estaduais e Municipais, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Autor: Deputado LOBBE NETO

Relator: Deputado SILVINHO PECCIOLI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame cria os “Centros de Produção de Cultura na Escola” e determina sua implantação “no ensino básico”, inclusive com reserva de espaço físico nas escolas.

Discorre sobre os objetivos de tais Centros, as áreas em que desenvolverá ações e a estrutura funcional e material.

Dispõe, por fim, caber “ao Poder Executivo” regulamentar as doações e serem recebidas por esses Centros.

A Comissão de Educação e Cultura aprovou-o. Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

Como explicita o Autor na justificativa, a sugestão tem como objetivo determinar a criação dos Centros nas escolas estaduais e municipais. Dá no mesmo dizer “no ensino básico”.

Sendo assim, não se pode oferecer comentário favorável ao projeto.

Cabe à União legislar privativamente sobre diretrizes e bases da educação nacional e a ela cabe também legislar sobre educação e cultura, mas a ela é vedado legislar sobre matéria atinente à organização administrativa dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A autonomia destes entes é assegurada ao longo do texto constitucional, muito especialmente no artigo 18 mas igualmente nos artigos 25, 29, 30 e 32.

Decorre dessa autonomia a liberdade para organizar e fazer funcionar suas estruturas administrativas.

Assim, mesmo que em relação a alguns temas (como educação e meio ambiente, por exemplo, Estados, Municípios e Distrito Federal devam observar normas emitidas pela União, a esta não cabe decidir sobre a criação, extinção ou modificação da estrutura administrativa daqueles.

Por estas razões opino pela inconstitucionalidade do PL nº 1.696, de 2007.

Sala da Comissão, em de agosto de 2008.

Deputado Silvinho Peccioli
Relator